

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO
DAS
METAS FISCAIS

2º QUADRIMESTRE DE 2026

(01/01/2026 à 31/08/2026)

1. DO RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal de Três Coroas, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em audiência pública junto à Câmara Municipal de Vereadores, **TORNA PÚBLICO** o Relatório e os Demonstrativos do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 2º Quadrimestre do exercício de 2026, conforme segue:

Cabe aqui ressaltar que os relatórios da LRF são publicados no prazo estabelecido no site da Prefeitura e no Mural de Publicações Oficiais, localizado no Saguão da Prefeitura.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 PODER EXECUTIVO (EXCLUÍDO O REGIME DE PREVIDÊNCIA)

2.1.1 RECEITA

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total realizada, até o quadrimestre, foi de R\$ 97.198.066,77, para uma previsão anual de R\$ 129.923.892,96.

Através do quadro abaixo, podemos visualizar a execução da Receita, excluída a receita do Regime de Previdência.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	145.526.692,96	102.958.125,14	105,93%
Impostos, Taxas e Contribuição Melhoria	18.082.432,79	13.312.191,65	13,70%
Receita de Contribuições	3.438.142,03	2.512.923,69	2,59%
Receita Patrimonial	2.774.332,64	2.028.319,38	2,09%
Receita de Serviços	225.410,00	210.814,08	0,22%
Transferências Correntes	120.600.278,83	84.212.564,01	86,64%
Outras Receitas Correntes	406.096,67	681.312,33	0,70%
RECEITAS DE CAPITAL	5.300,00	5.256.802,52	5,41%
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	5.300,00	3.235,07	0,003%
Transferências de Capital	0,00	5.253.567,45	5,407%
TOTAL	145.531.992,96	108.214.927,66	111,33%
(-) Dedução para o FUNDEB	14.528.100,00	9.849.410,71	10,13%
(-) Outras Deduções da Receita	1.080.000,00	1.167.450,18	1,20%
TOTAL	129.923.892,96	97.198.066,77	100,00%

2.1.2 DESPESA

A despesa liquidada, não considerando o Poder Legislativo e o Regime de Previdência, totalizou, até o quadrimestre, a importância de R\$ 94.671.467,22, que corresponde a 60,70% da dotação atualizada.

Destaca-se que a parcela mais significativa destas despesas é financiada com recursos próprios, do Tesouro Municipal, representando ações de caráter continuado e permanente da atividade governamental.

Além destas, temos as despesas financiadas através de recursos vinculados, cuja execução está condicionada à realização dessas receitas. Como exemplo, podemos citar os convênios.

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	% SOBRE TOTAL EMPENHADA
DESPESAS CORRENTES	112.814.879,74	132.216.186,49	107.801.235,81	87.888.865,80	85.872.047,64	88,42
Pessoal e Encargos Sociais	50.913.321,42	56.046.984,46	39.074.469,24	39.034.856,17	38.385.719,26	32,05
Juros e Encargos da Dívida	2.177.100,00	2.177.100,00	2.177.000,00	1.349.128,32	1.349.128,32	1,79
Outras Despesas Correntes	59.724.458,32	73.992.102,03	66.549.766,57	47.504.881,31	46.137.200,06	54,59
DESPESAS DE CAPITAL	5.575.936,22	23.750.098,79	14.112.997,76	6.782.601,42	6.777.239,29	11,58
Investimentos	2.988.312,38	20.721.046,95	11.525.373,92	5.224.485,99	5.219.123,86	9,45
Inversões Financeiras	432.000,00	432.000,00	432.000,00	121.032,91	121.032,91	0,35
Amortização de Dívida	2.155.623,84	2.155.623,84	2.155.623,84	1.437.082,52	1.437.082,52	1,77
Res. Contingência	5.056.763,00	441.428,00	0	0	0	0,00
TOTAL	123.447.578,96	155.966.285,28	121.914.233,57	94.671.467,22	92.649.286,93	100,00

2.1.3 DESPESA DO PODER EXECUTIVO

A – Execução Orçamentária: no resultado da despesa empenhada do Poder Executivo, constata-se que ocorreu execução orçamentária em 78,16% da previsão atualizada.

B – Execução Realizada: as despesas que foram liquidadas, ou seja, material entregue ou serviço prestado, representa 77,65% do empenhado.

C – Liquidez Financeira: as despesas que foram pagas até o período em análise, representam um percentual de 97,86% do que foi liquidado.

2.2 PODER LEGISLATIVO

2.2.1 DESPESA

A despesa liquidada pelo Poder Legislativo totalizou, até o período, a importância de R\$ 597.354,29, que corresponde a 10,28% da dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	% SOBRE TOTAL EMPENHADA
DESPESAS CORRENTES	5.061.314,00	5.021.314,00	762.257,42	578.523,47	564.518,55	97,59
Pessoal e Encargos Sociais	2.840.100,00	2.800.100,00	471.236,50	471.236,50	462.643,30	60,33
Outras Despesas Correntes	2.221.214,00	2.221.214,00	291.020,92	107.286,97	101.875,25	37,26
DESPESAS DE CAPITAL	1.415.000,00	790.000,00	18.830,82	18.830,82	18.830,82	2,41
Investimentos	1.414.900,00	789.900,00	18.830,82	18.830,82	18.830,82	2,41
Inversões Financeiras	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.476.314,00	5.811.314,00	781.088,24	597.354,29	583.349,37	100,00

2.1.3 DESPESA DO PODER LEGISLATIVO

A – Execução Orçamentária: no resultado da despesa empenhada do Poder Legislativo, constata-se que ocorreu execução orçamentária em 13,44% da previsão atualizada.

B – Execução Realizada: as despesas que foram liquidadas, ou seja, material entregue ou serviço prestado, representa 76,48% do empenhado.

C – Liquidez Financeira: as despesas que foram pagas até o período em análise, representam um percentual de 97,65% do que foi liquidado.

2.3 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

2.3.1 RECEITA

A receita total realizada, até o 2º quadrimestre, foi de R\$ 25.121.618,92, para uma previsão de R\$ 30.657.107,04. Ou seja, a receita realizada no período apresentado, representa 81,94% da receita prevista.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	21.642.023,40	17.783.463,71	70,79%
Receita de Contribuições	4.708.752,65	3.975.285,92	15,82%
Receita Patrimonial	16.526.255,42	12.980.266,94	51,67%
Outras Receitas Correntes	407.015,33	827.910,85	3,30%
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	9.015.083,64	7.338.155,21	29,21%
Contribuições Sociais	4.760.330,21	4.051.883,12	16,13%
Outras Receitas Correntes	4.254.753,43	3.286.272,09	13,08%
TOTAL	30.657.107,04	25.121.618,92	100,00%

2.3.2 DESPESA

A despesa liquidada pelo Regime de Previdência totalizou, até o período, a importância de R\$ 8.733.565,97, que representou 28,48% de sua dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	% SOBRE TOTAL EMPENHADA
DESPESAS CORRENTES	15.292.864,92	15.297.815,82	8.859.136,83	8.733.565,97	8.731.812,52	100,00
Pessoal e Encargos Sociais	14.820.000,00	14.768.000,00	8.646.192,61	8.646.192,61	8.644.739,16	97,60
Outras Despesas Correntes	472.864,92	529.815,82	212.944,22	87.373,36	87.073,36	2,40
Res. RPPS + Res. Contingência	15.364.242,12	15.364.242,12				
TOTAL	30.657.107,04	30.662.057,94	8.859.136,83	8.733.565,97	8.731.812,52	100,00

2.3.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

Do confronto entre receita arrecadada e despesa liquidada do Regime de Previdência verifica-se um superávit de R\$ 16.388.052,95.

2.3.4 DO PATRIMÔNIO DE INVESTIMENTOS DO RPPS

31/12/2025	31/08/2026	CRESCIMENTO	VARIAÇÃO %
139.158.592,07	154.878.044,24	15.719.452,17	11,30%

3 DO ATENDIMENTO AOS LIMITES FIXADOS

3.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Entende-se por Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, efetuadas as deduções previstas na legislação.

A Receita Corrente Líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores.

A Receita Corrente Líquida serve de base para o cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados através do Relatório de Gestão Fiscal.

O valor da RCL apurado no mês de Agosto/2026 é de R\$ 135.130.725,37.

3.2 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

A despesa com pessoal do Poder Executivo, nos últimos 12 meses, totalizou R\$ 64.227.009,88, valor este que corresponde a 48,60% da Receita Corrente Líquida.

O valor da RCL para o cálculo da Despesa com Pessoal apurado no mês de Agosto/2026 é de R\$ 132.145.793,37.

Desta forma, constata-se que o Município está abaixo do limite de alerta:

- Limite Máximo: 54%
- Limite Prudencial: 51,30%
- Limite de Alerta: 48,60%

3.3 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

A despesa com pessoal do Poder Legislativo, nos últimos 12 meses, totalizou R\$ 701.742,31, valor este que corresponde a 0,53% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se o cumprimento do limite fixado em Lei.

- Limite Máximo: 6%
- Limite Prudencial: 5,70%
- Limite de Alerta: 5,40%

3.4 LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO -

No que se refere ao cumprimento dos limites, a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em seu art. 3º, inciso II, nos termos da Lei Complementar 101/2000, estabelece que o montante da Dívida Consolidada não deve ultrapassar a 120% da Receita Corrente Líquida.

O Município possui o valor de R\$ 10.957.754,21 inscrito na Dívida Consolidada até o fechamento do 2º quadrimestre do corrente ano, que corresponde a 8,23% da Receita Corrente Líquida para cálculo do endividamento que é de R\$ 133.100.725,37.

3.5 LIMITE DE COMPROMETIMENTO COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS

Até o período, ocorreu despesas com pagamento de juros da operação de crédito no valor de R\$ 1.349.128,32 (1,01% da RCL).

O limite estabelecido no art. 7, § II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 11,50% da Receita Corrente Líquida durante todo o exercício.

3.6 LIMITE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Durante o período avaliado, o Município não contratou operação de crédito.

O limite estabelecido no art. 7, § I da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 16% da Receita Corrente Líquida.

3.7 APLICAÇÃO EM SAÚDE

No que diz respeito à saúde, o mínimo previsto é de 15% da receita proveniente de impostos, para fins de apuração do cumprimento do limite constitucional, que totalizou R\$ 59.732.740,66 até o período, e a aplicação está demonstrada no quadro abaixo:

	Valor	%
Valor Mínimo a Aplicar em Saúde	8.959.911,10	15,00
Aplicação em Saúde	14.070.313,09	23,56
Aplicado a Maior em Saúde	5.110.401,99	8,56

3.8 APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Já em educação o limite mínimo é de 25% da receita proveniente de impostos e a aplicação está demonstrada no quadro abaixo. Para a educação, a base de cálculo para fins de apuração do cumprimento do limite constitucional é R\$ 61.550.720,92.

	Valor	%
Valor Mínimo a Aplicar em Educação	15.387.680,23	25,00
Aplicação em Educação	18.792.540,70	30,53
Aplicado a Maior em Educação	3.404.860,47	5,53

3.9 APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB

O Município atendeu o dispositivo legal que estabelece que, no mínimo 70% dos recursos do FUNDEB devem ser aplicados no pagamento de profissionais que atendam os alunos da educação básica. A aplicação do recurso é demonstrada na tabela abaixo:

Receita do FUNDEB no período	24.689.758,63
GASTOS C/ PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	21.666.062,79
Percentual aplicado em pessoal	87,75%

PREFEITO: FABIEL CRISTÓVÃO PORT

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA: FERNANDO BECKER

CONTADORA: HELENA SARTORI

Três Coroas, 28 de Setembro de 2026.